

A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE COMO UM MECANISMO DE GESTÃO PARA A GARANTIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO, A PARTIR DA REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ CEARÁ.

Autora: Maria Gorete Pereira-Faculdades EST–e-mail: mariapereira.gorete@bol.com.br

Co-autor 1: Marcolino Sampaio Dos Santos-UNEB/Faculdade Maurício de Nassau–e-mail: marcokerigma3@hotmail.com

Co-autora 2: Maria Salete Pereira –Faculdades Integradas do Ceará- email: mariasaletepereira2017@gmail.com

Co-autora 3: Jaciara de Oliveira Sant’Anna Santos-Universidade do Estado da Bahia - email: jaciarasantanna@yahoo.com.br

Resumo: Este Trabalho tem como objetivo principal discutir a formação e a prática docente, destacando a eficácia da gestão escolar e das políticas públicas como elementos capazes de contribuir para a formação dos educadores, garantindo processos de aprendizagens, minimizando assim as dificuldades enfrentadas por professores nos modelos atuais de educação. Abordamos ainda as possibilidades de uma pedagogia inclusiva e capaz de garantir um melhor desempenho didático para que a aprendizagem aconteça de forma significativa e a escola realmente cumpra seu papel de incluir o estudante nos seus espaços educacionais. Partimos da realidade educacional da EEM Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, no município de Quixelô onde a pesquisa foi aplicada. A partir do resultado da pesquisa pudemos elencar um pouco dos perfis profissionais que trabalham nessa instituição de ensino, como também perceber práticas e posturas educacionais que podem ser melhoradas e adaptadas através e um processo de formação contínua e em serviço. O trabalho foi desenvolvido em duas etapas, a primeira contemplou a realização da investigação e tabulação dos resultados que serão apresentados e discutidos ao longo do texto. A segunda e última etapa é pontuada no levantamento do referencial teórico que aborda questões relacionadas à formação docente e aos modelos de educação, especificando um pouco a pedagogia defendida por Paulo Freire e o pensamento descrito por Margaretta Fadanelli.

Palavras-chave: ensino-aprendizagem, formação docente e gestão.

1. INTRODUÇÃO

Como uma das questões mais sérias, ora enfrentadas pela educação, a formação e prática pedagógica do educador vêm sendo discutida em diversos locais e oportunidades. Essa prática

(83) 3322-3222
contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tem sido confundida com uma série de teorias e receitas acabadas, de fato nunca se buscou capacitar o educador para que ele mesmo crie seus próprios mecanismos de formação docente e de trabalho. Aqui é apresentada um pouco da realidade ora vivenciada por essa parcela da sociedade, que muito lhe é cobrada e pouco lhe é oferecido em termos de salário, estímulo e até mesmo oportunidades de qualificação profissional. O educador na sua maioria é um herói, pois com o pouco de conhecimento que tem é capaz de realizar experiências fantásticas dentro e fora da sala de aula. Compreendida a aprendizagem como algo significativo, o papel do professor desponta como sendo o de facilitador da aprendizagem de seus alunos. Seu papel não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura. E para facilitar a aprendizagem de seus alunos, suas perguntas costumeiras, tais como: “que devo ensinar?”, “como poderei demonstrar que ensinei?”, “como poderei ensinar toda a matéria que devo?”. Serão substituídas por: “que objetivos pretendo que meus alunos alcancem?”, “quais são as expectativas dos meus alunos ao virem fazer meu curso?”, “como envolvê-los?”, “que pretendem aprender?”, “que poderei fazer para facilitar seu desenvolvimento e sua aprendizagem?”. Ao se dispor a responder a estas perguntas, o professor reconhecerá que toda a realidade humana e social se encontra num contínuo e rápido processo de mudanças e transformações, quando não de revoluções, em todos os setores da vida e atividade da comunidade humana, nos seus valores e nos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por isso, ao mesmo tempo em que o professor desencadeia o interesse pela pesquisa, indagação e análise de todos os aspectos da vida humana, entenderá também que a aprendizagem, antes de tudo, exige uma contínua abertura para modificações, tanto por parte do aluno como do próprio professor. A didática existe em função da formação do educador. Ela pretende proporcionar essa formação, que nem sempre pode ser adequada, digo adquirida apenas em bancos de uma escola ou universidade. A formação do educador acontece também no seu dia-a-dia, inserido num processo de experiências educacionais; o educador como um ser humano envolvido nesse processo histórico transformador adquire experiências que também lhes proporcionam essa formação. A formação do educador num segundo momento acontece dentro de cursos profissionalizantes, através de currículos específicos voltados para a própria questão da educação. A partir desses dois mecanismos de formação, o educador pode atuar como sujeito ou objeto do processo histórico. Como sujeito, torna-se agente do processo histórico, sendo

capaz de questioná-lo. Como objeto, sofre a ação do tempo e dos movimentos sociais sem interferir no processo.

O educador como sujeito pode desempenhar uma função muito importante: a de construir um novo modelo social. Não fará isso sozinho, será um articulador de grupos sociais nesse sentido. Proporcionará discussões e como integrante de um projeto histórico de desenvolvimento será capaz juntamente com outros cidadãos de forjar a busca da construção de uma história conscientemente. A implementação desse projeto acontecerá no dia-a-dia do educador, através de seus métodos pedagógicos, seu plano de ação e sua prática no seu espaço geográfico e cultural, onde são manifestadas as aspirações e o processo de crescimento e desenvolvimento de um povo. VEIGA, 1997.

Atualmente a didática ministrada em sala de aula deixa muito a desejar. Ela não proporciona ao educador métodos e técnicas capazes de transformar a educação, embora se resuma a isso. Na realidade ela não abre espaços para que haja uma formação mais abrangente no aspecto filosófico da educação. Falta uma determinação ideológica de conteúdos didáticos. Sem isso o educador fica impedido pela formação de ser um verdadeiro agente de transformação social. A prática pedagógica como outras questões relacionadas à educação, não é o único déficit da nossa escola, existe muitas outras dificuldades. Mas como algo que está ligado diretamente à educação deve ser vista com mais seriedade. Se fizermos uma relação entre as diferentes pedagogias e a prática pedagógica dos professores, podemos observar que essa ação em nossas escolas é mesclada por características das varias tendências. Em alguns momentos sua prática se caracteriza de acordo com um tipo de tendência, em outros, com outro. Dessa forma, atualmente a educação está recheada de teorias e não há uma prática definida em torno de uma única tese. Há, portanto experiências, as mais variadas possíveis, que fazem da educação um espaço oportuno para a garantia da diversidade existente em nossa sociedade contemporânea. MERSENAS, 1988.

Se partirmos para a visão de liberdade que tem na pedagogia defendida por Paulo Freire percebe-se uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetiva eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do chamado círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de “professor” e que

diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor”. A respeito da liberdade dos educandos que nunca são chamados de analfabetos, mas de alfabetizados é anterior mesmo à organização dos círculos. FREIRE, 2010. Nessa escola defendida por Paulo Freire, o programa educacional é constituído a partir da linguagem das pessoas daquela localidade. A partir dessas palavras chamadas “geradoras” é que se constrói a alfabetização, o conhecimento. Assim o educando é alfabetizado e conscientizado ao mesmo tempo. Eis aí um princípio essencial, a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo necessita limitar-se à alfabetização. A alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado. A alfabetização merece destaque por ser o campo onde se encontra a maior parte das experiências do autor. FREIRE, 2011.

Nosso objetivo aqui não é propriamente o de efetuar uma descrição minuciosa do método de ensino, mas chamar a atenção para alguns temas de significação sociológica e política nesse sentido bastará com as referências já feitas para nos darmos conta de que estamos perante uma pedagogia para homens livres. O tema da educação como afirmação da liberdade tem antigas ressonâncias, anteriores mesmo ao pensamento liberal. Persiste desde os gregos como uma das ideias mais caras ao humanismo ocidental e encontra-se amplamente incorporado a várias correntes da pedagogia moderna. Não obstante, este ensaio guarda sua singularidade. Aqui a ideia da liberdade não aparece apenas como conceito ou como aspiração humana, mas também interessa, e fundamentalmente, em seu modo de instauração histórica. Paulo Freire diz com clareza: educação como prática de liberdade. Trata-se menos de um axioma pedagógico que de um desafio da história presente. Quando alguns dizem que “a educação é afirmação da liberdade” e toma as palavras a sério se obriga neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação. FREIRE, 2010. As concepções de educação popular e emancipadora de Paulo Freire se caracterizam pela forte reflexão junto às camadas populares, partindo de sua realidade de vida e, considerando que essas pessoas são portadoras de um saber historicamente acumulado, ”Nesse sentido, falar em educação popular é falar impreterivelmente do legado do educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizadas e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando “uma leitura da realidade na ótica do oprimido”, que “ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais”. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida”. MACIEL, 2011. Na educação emancipadora a prática pedagógica se faz com atitudes de respeito ao educando, tornando-o autor do processo de aprendizagem, assim no seio dessa forma de educar, segundo a autora desse artigo, o “modo de ensino é dialógico e prático, requer professores reflexivos aos valores do intelecto e instigadores da capacidade crítica dos jovens, homens e mulheres livres, com uma dedicação especial. O professor deve estimular o aluno a explorar conjuntamente as diversas possibilidades na experiência cotidiana; O material didático precisa estar organizado para encorajar a reflexão. O conhecimento deve ser produzido continuamente por meio de ações reflexivas”. MACIEL, 2011. O aluno é considerado como um ser participante do processo ele precisa ser, criar, planejar, executar e avaliar o conhecimento de forma investigativa. FREIRE, 1997.

2. METODOLOGIA

Os pressupostos teóricos metodológicos partem do princípio da educação enquanto direito e nesse sentido deve proporcionar ao professor o domínio de ferramentas e habilidades que contribuam para sua qualificação e melhor inserção no mercado de trabalho. Já para o aluno a garantia de uma formação adequada enquanto ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético e estético. A proposta metodológica está intrinsecamente relacionada à concepção de educação inclusiva, onde todos devem ter as mesmas oportunidades, considerando as especificidades de cada um num contexto colaborativo de trocas de conhecimentos. A pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário com 10 perguntas relacionadas à prática docente dos professores da EEM Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, no município de Quixelô-Ceará.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos nessa pesquisa, pode-se observar que os professores dessa escola, embora na sua maioria graduados, não tiveram oportunidade de continuar seus estudos e/ou participar de cursos ou treinamentos oferecidos pela escola, prefeitura ou estado, como também não buscaram outros tipos de oportunidades para aperfeiçoar seus conhecimentos. Há na sua maioria uma preocupação com o planejamento de suas atividades e esse planejamento é feito em conjunto, uma boa oportunidade para discutir os problemas e dificuldades pedagógicas enfrentados no dia-a-dia, e também para garantir a troca de experiências, pois é através desta que o educador cresce e aperfeiçoa seus conhecimentos.

Os professores pesquisados ainda se resumem a utilizar os únicos instrumentos colocados à sua disposição: giz, apagador, quadro negro, etc. Poucos são os que utilizam outros recursos

para inovar sua aula e proporcionar ao aluno maiores possibilidades de aprendizagem. Dessa forma se restringem a exposição dialogada como único recurso de transmissão de conhecimentos. É rara a situação em que o professor busca outra forma, para transmitir ao aluno aquilo que deseja. Os passos utilizados nas aulas são os mais variados possíveis e os mais comuns. É importante observar que cada professor tem sua maneira própria de conduzir sua aula, mas também é interessante avaliar esse roteiro, pois o mesmo pode ajudar ou prejudicar a aprendizagem do educando, como por exemplo, no início da aula atividades cansativas e rotineiras como revisão de conteúdo. É mais interessante começar com atividades criativas, fazendo com o estudante adquira disposição para as atividades subsequentes.

O professor, atualmente enfrenta muitas dificuldades e uma das mais citadas foi à falta de recursos didáticos, os que existem são poucos e precários. Isso faz com que o professor sinta sua capacidade de criar atrelada à impossibilidade de instrumentos capazes de contribuir com o processo ensino aprendizagem. De fato isso é uma dificuldade bastante presente em nossas escolas, mas é preciso que o professor busque o alternativo. A técnica de avaliação utilizada é bastante diversificada, o que é excelente para se obter melhores resultados, pois o estudante poderá demonstrar o conhecimento adquirido de várias maneiras.

A figura do gestor pedagógico, o chamado supervisor ainda existe nessa escola, ele é o coordenador pedagógico que viabiliza o planejamento junto aos professores. De acordo com a pesquisa seu trabalho ainda não chegou ao que se esperava, pois foi tido como razoável. Este precisa realizar sua prática pedagógica e perceber o que pode fazer pelo professor e com o professor, pois é função deste, trabalhar juntamente com o mesmo para a melhoria do ensino. Para isso acontecer é necessário que haja uma boa relação entre ambos e que se defina aonde se chegar. Não basta que o supervisor adquira recursos didáticos para o professor, se ele não estimular os objetivos e a utilização dos mesmos.

A partir da pesquisa percebe-se que, todos os profissionais que trabalham na escola têm funções diferentes dos demais profissionais: cabe-lhes a importante tarefa de fazer a mediação entre o aluno e o saber sistematizado, de iniciá-lo no conjunto de normas e regras que regem o mundo letrado, de possibilitar o desenvolvimento, pelo aluno, dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que lhe permitirão participar como cidadão ativo, no mundo contemporâneo. Gestão, (2005, p. 72).

Dessa forma percebemos que a LDB 9394/96, ao tratar dos profissionais da educação, define no seu artigo 67, parágrafo único, que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício

profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”. Lei de Diretrizes e Bases, (Lei 9394/96). E o Conselho Nacional de Educação, ao normatizar esse dispositivo da LDB, coloca, na Resolução CEB/CNE 03/97, Artigo 3º, § 1º, que destaca o seguinte, “a experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções do magistério, que não a de docência, será de dois anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado”. Resolução, (CEB/CNE 03/97).

Esse pré-requisito tem relação com “a compreensão de que o domínio de conteúdos escolares, a prática de sala de aula, o conhecimento das relações educativas que ocorrem no interior da escola” são essenciais para o exercício de qualquer função que ofereça “suporte pedagógico direto às atividades de docência”, como por exemplo, a função do diretor. Gestão (2005, pp. 72-73).

A qualificação dos profissionais da educação é também considerada uma questão essencial para o sucesso da escola. Essa qualificação pode se referir tanto à qualidade da formação inicial recebida pelos professores, nos Cursos de Licenciatura, como também ao processo de formação continuada em serviço, oferecido pelas instituições onde o docente trabalha que pode ser através de cursos de “ampliação e atualização de conhecimentos escolares específicos e técnicos pedagógicos”. As pesquisas têm mostrado que os professores qualificados apresentam melhor desempenho e que as escolas se constituem em espaços de formação permanente de seus profissionais, isso vem ocorrendo tanto de maneira formal quanto informal. Pensar ações de formação para os professores é pensar um processo de desenvolvimento profissional nas suas mais variadas dimensões e, portanto, estar bastante atento, pois, numa escola, o coordenador irá trabalhar com um grupo de pessoas que tem suas subjetividades, diferenças, inquietudes e formas de aprender. Assim sendo, é recomendável promover novas práticas que podem dar sentido ao trabalho coletivo e sistemático dos professores, tendo consciência ainda de que é impossível tratar a questão da formação dissociada dos Referenciais Curriculares Básicos e das Diretrizes emanadas do sistema educacional, considerando também, a interferência mútua dos aspectos institucionais e pedagógicos. Nas escolas, as ações de formação devem se constituir como fórum permanente de discussão das concepções envolvidas, das metodologias adequadas e dos conhecimentos teóricos e experiências que desenvolvam as competências profissionais do professor. Kronbauer e Simionato, (2008, p. 104). Dessa forma, o processo ensino aprendizagem será o ponto central de tudo isso, de forma que a formação de professores e a gestão pedagógica

determinará a qualidade desse processo de maneira bastante explícita, o que com certeza, implicará num melhor resultado de aprendizagem por parte do aluno. Essa questão será objeto de maiores discursões e deverá fomentar uma prática voltada para a aquisição de conhecimentos de forma significativa, que garantam na sua essência e no âmbito da escola uma educação realmente inclusiva, capaz de garantir aos estudantes possibilidades efetivas de aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico também deve estar inserido no âmbito do planejamento escolar, e representa o desafio à comunidade para se lançar no esforço coletivo e amoroso de construir uma proposta e uma identidade para a escola. Por isso, o projeto “não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar” Veiga, (2001, p. 56). O esforço conjunto dos sujeitos pedagógicos passa a ser crucial, pois a finalidade desse projeto consiste em rever e recompor a identidade da escola, o que não está acabado e passa constantemente por mudanças em todos os aspectos que constituem o universo escolar. Ou seja, se faz necessário uma mudança substancial na cultura do sistema e, conseqüentemente, das instituições escolares, tanto na lógica, quanto na forma de programar o funcionamento do trabalho pedagógico. Para tanto, se torna imprescindível à inserção ativa e consciente da comunidade escolar em todas as decisões e encaminhamentos operacionais, afim de que possa exercitar compreender e lutar em nome da democracia, da autonomia e da participação nos processos de gestão, do ensino e da aprendizagem. A gestão democrática consiste no resgate do “controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores” Veiga, (2001, p.18), repensando a lógica e as relações de poder, consideradas com vistas a instalar práticas de reciprocidade, solidariedade e autonomia que, sem dúvida nenhuma, vão subsidiando o exercício e o desenvolvimento da liberdade na escola, a partir “das relações entre administradores, professores, funcionários e alunos, que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do Projeto Político e na relação deste com o contexto social mais amplo.” Veiga, (2001, p.19).

A realidade educacional brasileira foi, ao longo da história binária, ou seja, diferencia em sua ideologia e formas de se organizar e agir das pessoas, diferenciando os negros dos brancos, os ricos dos pobres, o sexo masculino do feminino, e de modo ainda mais destacado, as pessoas normais, das especiais. SILVA, 2000. Fazendo parte desse contexto a educação inclusiva provoca uma grande discussão com relação aos espaços escolares, onde tudo é programado para atender ao/à estudante tido/a como normal, enquanto que “aquele/a” com algum tipo de

dificuldade e/ou limitação ainda não têm seu espaço físico e pedagógico assegurado. Pereira, (2014, pp. 43-44).

Ainda quando nos referimos ao pensamento inclusivo de Paulo Freire, nos deparamos com uma figura bastante emblemática no cenário mundial na luta pela inclusão social na educação e, a partir dela, para todos os outros segmentos da sociedade. O autor, que tem reconhecimento internacional, propõe um modelo de educação popular que inclua e valorize os saberes diversos trazidos pelos educandos e segundo essa proposta de educação todos os sujeitos nela envolvidos sejam respeitados em suas culturas e nelas reconheçam os elementos contributivos para o processo educativo.

Neste contexto, pensar em inclusão social na e pela escola, é antes de tudo, reconhecer o longo percurso trilhado pela Educação Popular no Brasil e concebê-la como uma oportunidade de inserção social dos excluídos e marginalizados socialmente. Este modelo de educação "emancipadora" proposto por Paulo Freire tem suas bases fincadas nos "princípios da relação dialógica entre educandos e educadores", cujas trocas de experiências, vivências e saberes advindos das diversas culturas dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem vão de encontro ao sistema de educação definido por Freire (1979) como "educação bancária".

4. CONCLUSÕES

Existe uma realidade de mudanças frequentes no Brasil e as reformas políticas e sociais sempre incluem em seu contexto as mudanças no campo da educação. Dessa forma "a exigência legal de docentes qualificados/as, reforçado/a pelo discurso da qualificação, tem promovido uma grande corrida para as universidades à procura de certificação, qualificação e aperfeiçoamento profissional". Aqui se faz necessário salientar "que a formação humana é feita por pessoas e o ensino de qualidade também". São professores dotados de "sonhos, desejos, sentimentos, memória e história", que fazem a educação acontecer no chão da escola. Dessa maneira a "escola precisa considerar em primeira instância essa dimensão, que está além das questões religiosas e de moralidade". Pereira (2014, pp. 43-44).

A prática pedagógica dos educadores passa por uma necessidade urgente de ser revista e avaliada. Faz-se necessário que as autoridades educacionais busquem formas e alternativas de preparar melhor nossos professores, pois em suas mãos estão passando milhares de pessoas que precisam ser encantadas e conduzidas a processos de aprendizagens significativos e capazes de corresponder às necessidades do mundo contemporâneo, incluindo e inserindo

jovem na sociedade como protagonista de seu real papel social. Dessa maneira se faz necessário que o educador tenha a oportunidade de ser sujeito ativo e consciente no processo de ensinar, e que ele seja tido como um profissional que precisa de meios para conseguir alcançar seus objetivos. A educação brasileira para ser melhorada é preciso investir nessa questão: melhoria dos cursos pedagógicos, tempo disponível para o professor estudar, cursos de formação docente em serviço, e incentivo a essa nova postura. Dessa forma, o processo ensino aprendizagem será o ponto central de tudo isso, sendo que a formação de professores e a gestão pedagógica determinará a qualidade desse processo de maneira bastante explícita, o que com certeza, implicará num melhor resultado de aprendizagem por parte do aluno. Essa questão será objeto de maiores discursões e deverá fomentar uma prática voltada para a aquisição de conhecimentos de forma significativa, que garantam na sua essência e no âmbito da escola uma educação realmente inclusiva, capaz de garantir aos estudantes possibilidades efetivas de aprendizagem.

É preciso trabalhar na perspectiva de uma educação inclusiva onde o indivíduo seja o centro das relações pedagógicas, considerado em sua dimensão integral conforme podemos perceber a partir da fundamentação da educação inclusiva, que se baseia em princípios norteadores que asseguram “uma concepção de educação especial que tem como pressuposto principal o respeito aos direitos humanos”. Pereira, (2014, p. 41).

Assim é preciso garantir no espaço escolar que as “relações pedagógicas sejam favoráveis à implementação de ações que desencadeiem na melhoria da busca pela qualidade de vida” e, como resultado “um melhor desenvolvimento humano da clientela como um todo, perpassando os muros e limites das diferenças de raça, cor, sexo e religião”. Pereira (2014, pp. 43-44). Portanto se faz necessário lembrar que a formação humana é feita por pessoas e o ensino de qualidade também. “São docentes com sonhos, desejos, sentimentos, memória e história”. A escola precisa considerar em primeiro plano essa questão, que está cima de qualquer dimensão moral ou religiosa.

5. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC. v. 1, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Dialogando com a própria história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo – Pedagogia do oprimido – 50ª edição, Editora: Paz e Terra, 2011.

GESTÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR - Secretaria da Educação Básica do Ceará – Fortaleza – Edições SEDUC 2005. 168p. (coleção Gestão Escolar).

KRONBAUER, Gonçalves Corrêa Selenir e SIMIONATO, Fadanelli Margareth (orgs.) Formação de professores: abordagens contemporâneas, São Paulo: Paulinas, 2008 – (coleção Docentes em Formação).

Lei n. 9394/96, de 20/12/1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, nº 248, p.27833-27841, dez 1996.

MACIEL, Karen de Fátima. Artigo intitulado O pensamento de Paulo Freire na Educação popular. Dez. 2011.

MERSENAS, Paulo – Sociologia da Educação – Coleção Escola e Participação – Edições Loyola S. P. 1988.

PEREIRA, Maria Gorete. A contribuição do processo ensino aprendizagem no desenvolvimento humano de discentes do curso técnico integrado em agropecuária do Instituto Federal campus Umirim. São Leopoldo: Faculdades Est. Porto Alegre, 2014.

SILVA, Noêmia dos Santos; SUNG, Jung Mo. Amor e revelação na pedagogia dialógica: diálogo entre Paulo Freire e Juan Luis Segundo, 2009, 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

SILVA, T. T. da. (Org.). Identidade e Diferenças. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coordenadora) – Repensando a Didática – Editora: Papirus, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas – SP: Papirus, 2001. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).